



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata da Reunião Ordinária de Março - 2025

Data: 31 de março de 2025

Início: 14h00min **Término:** 17h

Local: Auditório do Paço Municipal

Reunião em modo: Presencial

LISTA DE PRESENÇA

SEMAS: Júlia Holst Faustini de R. Schueler, Gabriela Pascoal Certório e Monique Franco M. Bastos;

CBH: Thayná Fernandes Ribeiro Toledo;

Associação Raízes: Cíntia da Silva e Jane da Conceição Ribeiro da Costa e Jane da Conceição Ribeiro da Costa;

S.O.S Praia do Pecado: Leonardo Pereira Machado;

Instituto Visão Social: Bernadete Vasconcellos e Thiêrs Wilberger;

Instituto Acesso: Virginia Nogueira de Carvalho;

OAB/RJ: Milena Rocha Pimentel Gomes;

NUPEN: Rodrigo Lemes Martins;

UFF: Jorge Luiz Lourenço das Flores

Convidados: Wagner Nunes, Marcello C. Ribeiro.

INSTITUIÇÕES AUSENTES

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Procuradoria Geral do Município;

Secretaria Municipal de Obras;

[Handwritten signature]

Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento;
Secretaria de Ordem Pública;
Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia;
Secretaria Municipal Adjunta de turismo;
Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé;
CDL;
ACIM;
Entidade Pesqueira;
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ

JUSTIFICATIVAS

ACIM

PAUTA

I – Pequeno Expediente

- 1) Verificação de quórum;
- 2) Aprovação de atas anteriores;
- 3) Leitura do expediente;
- 4) Comunicações:

4.1) Aguardando Propostas e Sugestões dos Conselheiros (temas da comunicação da última reunião):

a) Estudo de Novas Leis:

- Criação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais;
- Revisão da Lei de Arborização Urbana;
- Lei de Proteção de Fragmentos Florestais (regras e parâmetros de supressão de fragmentos);

b) Projetos para o Desenvolvimento Sustentável (Selo Verde Macaé, Rios Vivos Macaé, Educação e Arte, Macaé Mais Verde, Coleta Seletiva);

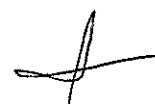
c) Licenciamento Simplificado;

d) JIFA – Junta de Impugnações e Recursos de Infração Ambiental;

4.2) Participação na 3ª Edição do Clima TecBr – Clima, Tecnologias e Redução de Riscos de Desastres;

4.3) Ata do GT Plano de Manejo;

4.4) Ofício expedido à Tractebel;



5) **Tribuna Livre;**

- Até 15 inscritos, com 1 minuto de fala por pessoa.

II – Grande Expediente

- 1) **Apresentação Técnica do NUPEM: Revitalização da Lagoa de Imboassica;**

III – Ordem do Dia;

- 1) **Relatório da Câmara Técnica de Julgamento de Processos:**

- a) **Processo Administrativo 72816/2014; Recorrente Pierre Empreendimentos Turísticos Ltda; Recurso contra Auto de Infração nº 0956;**
- b) **Processo Administrativo 70568/2014; Recorrente GM Orla Sul Construção Civil Ltda; Recurso contra Auto de Infração nº 0951;**
- c) **Processo Administrativo 70572/2014; Recorrente Domingos da Costa Peixoto e Ivonete Mussi Cordeiro Peixoto, Adv. Silvio Roberto dos Reis Peixoto – OAB 50596; Recurso contra Auto de Infração nº 0877;**
- d) **Processo Administrativo 70178/2014; Recorrente Marcos Aurélio Pinto Araújo; Recurso contra Auto de Infração nº 1173**

IV – Informe Geral;

- 1) **SEMAS.**

PEQUENO EXPEDIENTE

Verificado o quorum, O **Presidente do COMMADS, Phelipe Smith Salgado**, deu início à 3ª reunião ordinária do COMMADS. A **Secretária Geral Monique Franco** e o **Secretário Executivo Hélio Márcio** conduziram o processo de aprovação da ata de fevereiro, com uma retificação solicitada pela conselheira Virgínia. Na sequência, o Secretário Executivo anunciou que o Grande Expediente contaria com uma apresentação do NUPEM, através do professor Maurício, sobre a viabilidade de melhoria da qualidade e balneabilidade das águas da Lagoa de Imboassica. Lembrou que a Secretaria estava aberta a receber contribuições e críticas sobre os projetos apresentados na sessão anterior do Conselho como os estudos para a criação de novas leis e sobre os projetos em fase técnica como o Selo de Sustentabilidade, a Junta de Infrações Ambientais – JIFA, o Licenciamento Simplificado o qual o Conselheiro Thiêrs apresentou uma série de apontamentos que foram considerados de grande pertinência. Ponderou sobre a importância de se entender que o Conselho não possui condições de abraçar todas as demandas, mas que deve abraçar o que for considerado prioritário e de relevância para a sociedade macaense. Nesse sentido, alegou ser inédito o Conselho deliberar sobre um processo administrativo, apesar das prerrogativas garantidas desde a criação do Código Municipal de Meio Ambiente e disse que talvez fosse necessário transferir este processo decisório em específico para uma instância com competência técnica para fazê-lo, como uma câmara técnica. Compartilhou que esteve, junto à equipe de Políticas Públicas, no evento Clima Tec, e que, no discurso de abertura, o Secretário de Meio Ambiente Phelipe Salgado, abordou questões do Macaé Mais 20. Explicou que, em meio a estas questões, muitas são críticas e da alçada da



atuação do Conselho, como a problemática do despejo irregular do esgoto, aproveitando um certo momento favorável da gestão em relação a esta temática. Sobre o trabalho de elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação (Plano de manejo do Arquipélago de Santana e do Parque Natural Municipal da Restinga do Barreto), informou que foi expedido o ofício do Conselho, cobrando providências da Diretoria da Tractebel, conforme os apontamentos do Grupo de Trabalho e debate no Conselho, conforme proposto na última reunião do COMMADS, fazendo as cobranças de informações comprobatórias das *expertises* minimamente necessárias para a elaboração de um bom documento técnico, como os conhecimentos nas áreas de geologia, biologia marinha, entre outros. Adendou que foi dado um prazo de 15 dias para resposta, tendo expectativa de poder apresentar algum retorno na próxima reunião do Conselho.

TRIBUNA LIVRE

O **Secretário Executivo Hélio Márcio**, anunciou haver 5 inscrições realizadas e destinou um tempo de três minutos por fala. A **Conselheira Virgínia Nogueira** disse haver uma apreensão coletiva sobre o Projeto Raia e sua audiência prevista para o dia 10 de abril, inclusive por ter sido feita a convocação com um prazo apertado, não permitindo uma preparação adequada da sociedade civil. Criticou o fato de se atribuir nomes de animais majestosos e respeitáveis, como a raia manta e raia pintada, à nomeação de uma aberração fóssil anacrônica e retrógrada, diante de um contexto de colapso socioambiental. Argumentou que no projeto fala-se de aceleração do crescimento, mas que se trata de um projeto de aceleração da destruição. Perguntou sobre como a gestão municipal se posiciona diante de mais um avanço dessa economia da toxicidade, da doença, da morte e da expansão das desigualdades. Disse ser necessário que sejam seguidas as diretrizes de transparência e que a população seja informada sobre as consequências desse complexo industrial fóssil e de tantos outros projetos da prefeitura que são verdadeiras incógnitas atrás de tapumes. Disse que o Projeto Raia tem tudo a ver com o Arquipélago de Santana, com o Parque da Restinga do Barreto e com o de Jurubatiba. Disse, também, que tem tudo a ver com a bomba de óleo e gás que implica na expansão das super controvertidas termoeletricas que acendem uma luz vermelha no Conselho de Meio Ambiente. Questionou sobre como ficam os estudos de sinergia e acúmulo desses tubos e processamentos em um emaranhado fóssil. Anunciou um posicionamento por nenhum poço a mais. Disse que a estatal norueguesa e os especuladores da Bolsa lucraram enquanto a sociedade fica com a devastação e o cala-boca das mitigações. Fez um menção à capacidade técnica do Conselheiro Thiers que traz muita contribuição para este debate e falou que realizavam muitas reuniões com pessoas vinculadas ao Instituto Acesso e à Pastoral da Ecologia Integral. Disse que fazem leituras de textos de muita qualidade sobre o assunto e que gostaria de compartilhar com o Conselho. O **Presidente Phelipe Smith** sinalizou concordância com a fala da conselheira e disse que parte do trabalho da Secretaria é fazer ponderações e questionamentos com base nas discussões do Conselho e nos pareceres técnicos elaborados pelos funcionários da Secretaria que afirmou serem de grande competência. Disse estar positivamente surpreso com a capacidade técnica da Fiscalização, do Licenciamento, do setor Políticas Públicas, dentre outros. Afirmou que a Secretaria desempenhará a sua função de minimizar, mitigar e até de impedir impactos. A **Conselheira Thayná Fernandes**, representante do Comitê de Bacias Hidrográficas, reforçou a importância de se observarem os efeitos sinérgicos dos empreendimentos, anunciou que faria uma fala enquanto moradora da Vila Badejo e que era necessário trazer para discussão a situação dos poucos fragmentos de mata restantes na região. Citou um fragmento próximo à Vila Badejo que está sofrendo com a falta de uma gestão adequada de resíduos e com outros impactos oriundos da ocupação do seu entorno. Disse que fez registro de atividades de



supressão de árvores e que recebeu pressões em função disso. **Questionou se estas atividades estariam recebendo licença para serem executadas. Pediu que esta situação fosse apurada e o proprietário da área fosse acionado.** Citou a degradação do Canal Macaé-Campos e defendeu a sua revitalização. Mencionou o problema das obras abandonadas e inacabadas na Vila Badejo, inclusive públicas, como a do posto e saúde, e o acúmulo inapropriado dos resíduos de construção, criando situações de risco. Falou da importância da educação ambiental junto a moradores e que estes a procuram apresentando demandas. Acrescentou outra questão importante são as áreas de brejo que estão desaparecendo. Finalizou apontando a necessidade de transformar as áreas naturais remanescentes daquela localidade em novas unidades de conservação. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** assumiu a palavra abordando a questão da avaliação dos processos dentro do COMMADS. Explicou sobre haver uma Câmara Técnica estabelecida para esse fim que tem trabalhado sistematicamente, há cerca de 1 ano, e que o problema seria o curto prazo de resposta, sobre os processos, previsto no Código Municipal de Meio Ambiente. Explicou que este prazo previsto na Lei não deixa espaço para uma apreciação dos processos em plenária do COMMADS, tramitação esta, também prevista na Lei. Disse ser necessário melhorar esta parte do Código Municipal para **garantir mais transparência nos processos de julgamento.** Disse que a sua abordagem do assunto não tinha a intenção de chamar para a plenária a prerrogativa dos julgamentos dos processos, que não era esse o caso mas, sim, que seria interessante que fosse dado um **prazo para que os julgamentos dos processos pudessem ter uma visibilização dentro do Conselho,** que estes pudessem ser acessados pelos membros do conselho e, eventualmente, como no caso de ocorrência de algo discrepante, o conselheiro de meio ambiente ter a chance de analisar e se manifestar sobre a situação. Defendeu a importância dessa temática do julgamento de processos passar periodicamente pelo respaldo do Grande Expediente ou das discussões em plenária do COMMADS e não ficar circunscrito apenas a um grupo pequeno e fechado como a Câmara Técnica. Entretanto, disse entender que, para isso, seria necessário um **ajuste na legislação do município.** Explicou que participa de conselho desde 2006 e que sua primeira experiência importante foi numa grande capital, Vitória, em Espírito Santo, onde conheceu o funcionamento de uma Câmara de Julgamento de Processos que era incrível e que tinha um regimento muito eficiente. Relatou que os processos, uma vez que entravam para a Câmara, recebiam designação de pareceristas que eram conselheiros e possuíam afinidade técnica com o tema, que o parecerista dava o parecer e a Câmara Técnica encaminhava o parecer para o plenário aprovar ou rejeitar, acompanhando o parecer ou contrariando o parecer, eventualmente obtendo vistas. Garantiu que funciona muito bem, que é muito eficiente. Explicou que o problema, em Macaé, é a falta de prazo para executar algo nesse nível sofisticado de governança e, também, a questão do **grande acúmulo de processos mais antigos,** além dos que chegam semanalmente, que pressionam por uma produção mais acelerada de pareceres por uma questão de prazo legal. Por isso declarou que seria muito importante a presença do representante do legislativo no Conselho. Relembrou que esta pauta é defendida por ele há muitos anos no COMMADS e que, em um episódio desse longo debate, o autor desse “mecanismo terrível” no Código Ambiental, à época, Maxwell Vaz, compareceu à reunião da plenária do Conselho e houve uma discussão, seguida por um longo silêncio, o que o levou à conclusão de que se trata de uma **demanda a ser levada para o legislativo.** Abordou uma fala do Vice Presidente do Conselho, em reunião anterior, onde este citava o funcionamento de Câmara Técnica no Comitê de Bacias Hidrográficas, explicando que havia uma atuação importante no estudo de legislações e na **formulação de resoluções.** Apontou isto como um aspecto importante a ser desenvolvido de COMMADS, no sentido de produzir mais resoluções, que muita coisa pode ser resolvida a partir de resoluções, que isso pode permitir a superação de eventuais entraves na legislação. **Recomendou que o Secretário Executivo, também advogado, Dr. Hélio Márcio,**



compusesse esse tipo de Câmara Técnica e, até mesmo, a presidisse, visando fortalecer o caráter resolutivo do COMMADS. Finalizou abordando o debate importante que teve na última reunião do Conselho, sobre **coleta seletiva**. Relembrou conversa realizada com o Secretário onde este tema foi abordado como uma agenda importante em que se precisa avançar e que o seu pronunciamento foi no sentido de dizer que havia catadores organizados, mas, infelizmente, o contrato da coleta de lixo estava nas mãos de uma empresa que não se reportava à Secretaria de Ambiente mas que, a Prefeitura ou a Secretaria, poderiam fortalecer o trabalho da Cooperativa de Catadores que faz um trabalho lindo em Macaé. **Solicitou informações sobre o avanço dessa pauta da coleta seletiva na gestão.** Perguntou, para finalizar, se o Secretário havia tido acesso à ata da última reunião da Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos e se havia tomado ciência da demanda gerada, na reunião, pelo **convite de um representante da secretaria de saneamento para participar de uma reunião da Câmara Técnica, falar do saneamento da cidade e do que está fora do guarda-chuva da BRK, que é o saneamento lá da Serra.** Solicitou diligências da Secretaria neste sentido e disse ser importante. O **Conselheiro Thiêrs** cumprimentou a todos, alegou satisfação em perceber que o Conselho tem pautado questões importantes para o município. Comentou sobre a criação da Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais. Disse que obteve informação de dentro do Comitê de Bacias Hidrográficas a respeito de essa Lei já ter sido proposta no município, que teria sido em período próximo ao ano de 2012, que haveria todo um estudo dentro da Secretaria de Meio Ambiente como subsídio para a proposição da Lei. Sugeriu o resgate desse material que já foi proposto, a realização de uma revisão e uma nova colocação de carga no seu andamento. Informou também que Macaé ficou de fora do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais do Comitê de Bacias, por **não fazer parte da Delegatária**, do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, ficando à margem destes investimentos. **Sugeriu que o município solicitasse participação no Consórcio para ampliar a abrangência do programa de PSA do Comitê de Bacias para as áreas de Macaé**, a exemplo do que vem acontecendo em Friburgo. Explicou o seu posicionamento a respeito da simplificação da legislação ambiental, dizendo ser contra o processo devido ao fato de que essa simplificação precisa ter como contrapartida um aumento da capacidade de fiscalização, aumento da Guarda Ambiental e do corpo técnico. Relatou ser pequeno o corpo de fiscais de meio ambiente, desde há muito tempo, e também o corpo técnico da Secretaria. Compartilhou uma informação obtida com a ex-secretária Isaura, na gestão passada, sobre a Secretaria só ter fiscal atuando de segunda até metade do dia de quinta, que a partir da segunda metade da quinta-feira e nos dias restantes não havia fiscalização, que uma boa parte dos funcionários não eram do município, viviam em outras cidades e realizavam trabalho em regime de condensação de carga horária por conta deste contexto. **Defendeu como necessários um aumento da capacidade e uma reavaliação do funcionamento da fiscalização para que este trabalho se realize em todos os dias de semana e para que possa abranger todo o território macaense, incluindo a região serrana.** Desabafou sobre a carência de atuação fiscalizatória dentro da APA do Sana e exemplificou com as **ocorrências de despejos de esgoto nos corpos hídricos e com casos de poluição sonora.** Sobre poluição sonora, falou de uma denúncia, no fim de semana, que não gerou consequências porque um funcionário da secretaria que trabalha lá não tinha equipamento para fazer a medição. Relatou que a situação trouxe transtornos para estabelecimentos que vivem do turismo, que foi solicitada a atuação da Guarda Ambiental e que esta alegou não ter carro para atender a demanda. **Além dos problemas na APA do Sana, citou os problemas já relatados do Parque Atalaia, do Parque do Barreto e do Arquipélago de Santana e solicitou que estes assuntos sejam organizados por temas e sejam incluídos no Grande Expediente**, para que se possa ampliar a discussão. Abordou também a questão da atual Lei de Arborização Urbana, disse que prepararam e enviaram um documento fazendo a análise da Lei e que



constatarem aspectos de defasagem e permissividade com plantio de espécies exóticas. Com isso, confirmou a **necessidade de atualização da Lei de Arborização**, conforme pautado anteriormente no Conselho, levando em consideração as mudanças climáticas e a importância de uma arborização adequada para enfrentar ilhas e ondas de calor. Citou o Manual de Arborização de São Paulo como referência e fez questionamentos sobre a revisão, conclusão e disponibilização do Manual de Arborização de Macaé. **Fez um apelo pelo avanço deste processo, pelo seu encaminhamento para o legislativo e pela participação mais efetiva da Comissão de Meio Ambiente da Câmara nas reuniões do COMMADS**, para ajudar no processo de ajuste destas legislações citadas no debate, revertendo os estragos causados por Maxwel, conforme citado pelo Conselheiro Rodrigo Lemes. Criticou também o Regimento Interno do COMMADS, qualificando-o como engessado e sem muito sentido. **Propôs a constituição de uma Câmara Técnica para a análise e proposição de atualizações da legislação ambiental e formulação de resoluções**, a exemplo da Câmara Técnica de Instrumentos Legais do Comitê de Bacias Hidrográficas. A **Conselheira Bernadete Vasconcelos**, representante do Instituto de Visão Social, cumprimento a todos e reiterou um pedido ao secretário, a respeito da melhoria do processo comunicação sobre as ações do governo que se relacionam com a questão ambiental. Disse que, enquanto conselheiros, são costumeiramente procurados pela população que fazem denúncias diversas. Dentre estas denúncias, destacou algumas referentes às intervenções do governo na Praça Veríssimo de Melo que está toda cercada e cheia de equipamentos. Disse que há uma apreensão, por parte de alguns populares, sobre a possibilidade de algumas árvores serem subtraídas da praça que é tombada. Lembrou que a cidade carece de árvores grandes e que muitas das árvores da praça são centenárias. Mencionou que o processo de supressão de árvores ou de podas muito agressivas já foi percebida em outras praças e espaços da cidade. Pediu que haja um esforço da Secretaria no sentido de buscar informações sobre os tipos de intervenções que serão realizadas na Praça Veríssimo de Melo, dentre outras obras na cidade, pontuando a necessidade de salvaguarda das árvores e informando ao Conselho sobre as respostas obtidas, para que os conselheiros tenham informação real e de qualidade, com antecipação, para compartilhar com as pessoas que perguntam. Apontou ser problemático o fato de uma Secretaria que não seja a de Meio Ambiente, cuidar do serviço de poda e corte de árvores. Reiterou também um pedido para se conferir maior transparência aos debates do COMMADS por meio da transmissão *online* das reuniões, a exemplo da Câmara de Vereadores. Defendeu também a disponibilização das atas no Portal da Transparência do *site* da Prefeitura. O **Conselheiro Thiêrs** retomou a fala para abordar a proposta da **Lei de Supressão de Fragmentos**. Disse que estava, junto a outras pessoas, realizando estudos e levantamentos para instruir a proposta. Explicou que foi identificado que a Lei nº 11.428, de 2006, que é a Lei da Mata Atlântica, prevê toda uma série de regulamentações sobre os fragmentos florestais da Mata Atlântica. Citou também uma normativa do CONAMA que padroniza o sistema de sucessão da flora. Comentou que esses dois mecanismos regulam os processos de desmatamento de fragmentos da Mata Atlântica. Com base nestas constatações, formulou **questionamentos sobre qual seria a intenção do município em legislar sobre um assunto já suficientemente contemplado nestas legislações citadas que são bem estruturadas e amarradas**. Pediu estas explicações para que houvesse um melhor entendimento do contexto por parte dos conselheiros e para que se pudesse avançar. Comentou que a proposta municipal poderia adotar caráter mais restritivo que a legislação federal. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** respondeu que o Conselheiro havia respondido a sua própria pergunta. A **Conselheira Jane da Conceição** apoiou a fala da Conselheira Bernadete em relação às praças, definiu o Conselho como um instrumento de educação ambiental e reforçou a crítica ao Regimento Interno do Conselho, caracterizando-o como engessado e atribuindo a isso uma certa restrição ao espaço de fala. Defendeu como importante



o estímulo à participação e disse que essa participação se dá com espaço de fala para moradores, populares e não apenas para falas técnicas. **Sobre as praças, questionou também a circulação de veículos dentro delas, alguns pertencentes aos comerciantes das feiras.** Questionou sobre qual Secretaria seria responsável por este tipo de fiscalização e pediu atuação. Defendeu uma melhor organização destas ocupações das praças, em respeito ao patrimônio público. Informou que, além da Praça Veríssimo de Melo, a Praça do Mirante, dentre outras, também sofrem essas práticas. Defendeu que o interior das praças seja um espaço para árvores, brinquedos, equipamentos de lazer e exercícios, crianças, cadeirantes, idosos, e não para carros. Defendeu também que sejam feitas mais ciclovias. O **Presidente do Conselho Phelipe** perguntou se ainda havia tempo disponível para falas, ao que a **Secretária Geral Monique** respondeu positivamente. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** comentou que o incremento da organização das reuniões estava gerando estes bons resultados de oportunidades de fala e sobra de tempo disponível. O colaborador do Instituto Visão Social, **Sr. Alexandre**, confirmou a prática de **subtração de árvores no município dizendo ter percebido a retirada de cerca de 15 árvores ao longo da Norte-Sul, em direção a Rio das Ostras.** Relatou também o **aterro de corpo hídrico nas adjacências do bairro São Marcos.** Questionou sobre as autorizações destas práticas. O **Presidente Phelipe Smith** explicou que a Secretaria não tinha condições de acompanhar e controlar tudo o que acontece na cidade e incentivou a realização da denúncia formal para que as ocorrências de supressão vegetal cheguem até a Secretaria. Acrescentou que a formalização de denúncia sobre aterramento de corpo hídrico seguiria tramitação para o INEA. O **Secretário Hélio Márcio** adicionou o **caminho da ouvidoria como possibilidade de formalização de denúncia**, pediu ao sr. Alexandre que o fizesse. Uma interlocutora não anunciada e que não se identificou, disse ter analisado o processo do empreendimento na área citada e afirmou que os responsáveis haviam dado entrada no processo de pedido de autorização de poda e corte de árvores, embora não soubesse do andamento e se a autorização havia sido dada. O **Presidente Phelipe Smith** disse que **a equipe da Secretaria faria essa averiguação e tomaria as medidas cabíveis.** O **Secretário Executivo Hélio Márcio** compartilhou informações de uma pesquisa que havia feito sobre as cerca de 380 autuações que estão tramitando na Secretaria, constatando que em muitas elas o infrator alega ter solicitado autorização, mas praticou o ato antes de obter a autorização sendo que, em alguns casos, a resposta administrativa foi uma negativa. Discorreu também sobre a coleta seletiva, dizendo que era uma agenda prioritária da gestão da SEMAS, mas que a gestão ainda estava começando a andar, fazendo um comparativo com uma pessoa começando a andar após ficar 30 anos em uma cadeira de rodas. Falou de um equipamento que ele e sua família encontraram nas entradas dos supermercados no Estado Unidos, onde se depositava embalagens recicláveis e a máquina te dava um *ticket* que era trocado em dinheiro. Disse que a sua filha estava cobrando que se enviasse um vídeo para o Prefeito de Macaé pedindo a instalação destes equipamentos nos mercados da cidade. Reconheceu o atraso no tratamento deste tema. Disse que estão definindo uma estratégia baseada na escuta, antes de propor; que entende que a postura de boa parte dos conselheiros é de desconfiança em relação às propostas da gestão por conta do histórico de desrespeito das gestões anteriores com o Conselho. Citou o exemplo dos sucessivos decretos de desapropriação da área da Restinga do Pecado e dos projetos elaborados, que nunca foram tirados do papel e que alimentavam o sentimento de descrença da população. Disse que ele próprio se lembrava de ter sido levado por seus pais para um dos antigos e históricos abraços à restinga, realizados pelo movimento. Alegou que por conta deste histórico negativo, estavam evitando gerar “fórmulas mirabolantes” e, sim, “fazer o feijão com arroz” que, segundo a sua explicação, no que diz respeito à coleta seletiva. Após o levantamento destas informações, se pretende um chamamento dos catadores. Apontou os exemplos de Florianópolis, Curitiba e a necessidade de fomento de uma cultura de organização em Macaé. A **Conselheira Thayná**

Fernandes citou o fato de, em março do ano passado, ter sido criada a Lei do Conselho Municipal de Saneamento Básico que ainda não saiu do papel sendo que a Agência Reguladora de Saneamento já está operando, desde agosto, sem o Conselho funcionar. Defendeu que se fizessem provocações ao chefe do executivo para que estes assuntos, o da coleta seletiva, além das demais deliberações que não saem do papel, avançassem. Disse que tiveram uma apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico, no Comitê de Bacias Hidrográficas, e que era importante ir até as pessoas para as ouvir, e não ficar apenas aguardando informações chegarem no escritório. **Sugeriu que o Secretário não conversasse apenas com a Cooperativa de Catadores que já está com um maior grau de organização e empoderamento, mas que, buscasse também, conversar com catadores avulsos e precarizados, que disputam lixo com cães,** que mal conseguem se organizar por conta de questões pessoais. Sugeriu que, para além de começar pelos catadores, se começasse também pelas casas das pessoas orientando e educando para que os materiais descartados sejam lavados porque muitas vezes o catador não tem água para esse trabalho. Disse ser importante investir também em estratégias para a mudança de comportamento das pessoas para que se evitasse, por exemplo, o uso de descartáveis. Dialogou com a fala da Conselheira Jane, sobre os feirantes subirem na Praça com os seus carros, dizendo que era importante observar se não estava **faltando a organização de um espaço para eles operarem logisticamente os seus veículos de abastecimento de mercadorias.** Fez um convite para que todos prestigiassem a feira da **agricultura familiar**, que estava ocorrendo no Trevo dos 40, que era importante que se conhecesse as atividades daquelas pessoas no contexto da **constituição de unidades de referência, com propostas agroflorestais e saneamentos ecológicos,** já que têm se discutido no Conselho o avanço da proposta de Pagamento por Serviços Ambientais e Boas Práticas. Defendeu que estas pessoas fossem convidadas a participar das discussões do Conselho. A **Conselheira Virgínia Nogueira** falou que o grupo Cáritas, do qual participa, colaborou para o processo de formação da Cooperativa Maca Eco que, muitas vezes, é utilizada pela Prefeitura de Macaé como “catadores de luxo” em “eventos gastronômicos mirabolantes” mas que, era, de fato, importante a fala da Conselheira Thayná, sobre a importância de se destinar um olhar especial para os catadores em situação de vulnerabilidade, que era importante incluí-los dentre aqueles que devem ser escutados para a elaboração de políticas para o setor. Discorreu também sobre o atraso representado pela negligência da sociedade diante das degradantes e insalubres condições de trabalho dos garis, correndo atrás de caminhão, correndo risco de queda, atropelamento e contaminações, em um contexto onde já existe essa possibilidade de conversão de lixo em recursos. Arguiu também, que o processo de educação ambiental é extremamente falho em Macaé porque, nos debates com os jovens, se percebe que a “economia fóssil” coopta as mentes dos estudantes, desde muito cedo, sem que lhes seja oportunizado o contato com o contraditórios, com outras visões que lhes amplie a própria. O **Conselheiro Thiêrs** citou que, ano passado, a **Petrobras, por um edital socioambiental, ofereceu 8 milhões para a criação de cooperativas.** Criticou o fato de, em Macaé, ninguém que ter tido a “coragem” de escrever um projeto para auxiliar essas cooperativas. Disse que tentaram conceber um projeto, mas que, infelizmente, faltou instituição com CNPJ e capacidade técnica na estrutura. Disse que a linha de capacidade técnica de seu grupo não era nessa área e que a iniciativa deles careceu de apoio. Ressaltou que os 8 milhões e meio oferecidos possibilitariam comprar caminhão e todos os equipamentos necessários. Acrescentou que o Movimento dos Catadores do Rio de Janeiro, da região do lixão de Gramacho, se ofereceu posteriormente para dar o suporte técnico para o agrupamento macaense na concorrência pelos recursos deste edital, em sua próxima edição. Disse que possui os contatos para que a parceria possa ser fechada para auxiliar cooperativas em Macaé. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** observou que os conselheiros novos chegam sempre com bastante energia, disse que se esforça por enxergar o lado positivo das coisas e que a



Secretaria de Meio Ambiente está com uma equipe muito boa. **Solicitou ao Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Conselho que aproveitasse a parceria com o vereador Ricardo que é presidente da Comissão de Meio Ambiente para fazer o encaminhamento de demandas e pautas que dependem de atuação do Legislativo.** Disse acreditar ser um bom momento para se avançar em vários setores e deixar um bom legado para a sociedade macaense. **Defendeu um maior estreitamento da relação entre a Prefeitura e a Petrobras.** Disse que reside na cidade desde 2004, que em 2009 foi finalizado um convênio que o NUPEM tinha com a Petrobras, que os apoios da empresa são todos por meio de edital. Desabafou que, desde 2009, nenhum projeto socioambiental da Petrobras chegou mais para Macaé e que a justificativa dada era a de que Macaé não tinha capacidade. Classificou este tipo de justificativa como vergonhosa e de uma grande falta de educação por parte da empresa que caracterizou como detentora de falta de capacidade moral para enxergar a cidade que ocupa. Relatou o fato de ter havido uma autuação da Secretaria sobre a Petrobras por lançamento de esgoto *in natura*. Defendeu que isso seja exposto e que a empresa seja chamada à responsabilidade com Macaé e com sua população de quem tanto tirou ao longo das últimas décadas. O sr. **Alexandre**, do Instituto Visão Social, opinou sobre a gestão de resíduos defendendo que se valorize o processo de triagem para reduzir a necessidade do trabalho precarizado e sujeito a diversos riscos, de catação de lixo nas ruas. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** explicou ser necessário lidar com a realidade como ela é, mesmo que para mudá-la. Disse que o trabalho de catador, nos dias de hoje, pode ser uma fonte digna de renda e de melhoria de vida; que as diversas formas disso acontecer, seja por meio de catação na rua, de uso de um galpão, de incentivo para que as pessoas levem os resíduos até os postos de coleta ou até os catadores, de uso de tecnologia de aplicativos, cabe discussão. Defendeu o desenvolvimento de um projeto viável com participação de todos. Passando-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

Iniciou-se a apresentação do **Professor Maurício Mussi Molisane** que cumprimentou a todos e introduziu a apresentação sobre o projeto de redução da carga de esgoto na Lagoa de Imboassica, em parceria com a Prefeitura. Explicou que a proposta é baseada em pesquisas de fitorremediação, com uso de plantas aquáticas e monitoramento da qualidade da água para observar a eficácia da estratégia. Disse se tratar de uma solução baseada na própria natureza e que será realizada conjuntamente com atividades de educação ambiental mostrando cada etapa do processo de despoluição e revitalização da Lagoa. Relatando o histórico da iniciativa, disse que tudo começou a partir de uma audiência pública na Câmara de Vereadores, sobre a Lagoa de Imboassica que resultou em uma Frente Parlamentar capitaneada pelo vereador Luciano Diniz, buscando ações para despoluir a Lagoa. Explicou que foram apresentadas uma série de propostas e, dentre elas a que o NUPEM encaminhou, baseada na fitorremediação. Continuou o relato arguindo que, a partir disso, o prefeito encampou a ideia e iniciou-se uma série de discussões para viabilizar esse projeto. Explicou que a Secretaria de Meio Ambiente fez uma série de provocações através de ofícios, solicitando o desenvolvimento do projeto de fitorremediação, monitoramento da qualidade da água e avaliação quanto a uma possível dragagem, conjuntamente com atividades de educação ambiental nessas soluções baseadas na natureza. Frisou que a atual etapa, de diálogo com COMMADS, é parte importante do processo. Esclareceu que a equipe é de professores do NUPEM e do Instituto Politécnico da UFRJ, além de estudantes de graduação e pós-graduação. Comunicou que a apresentação seria compartilhada entre ele e o biólogo Guilherme Sardenberg que é servidor da Secretaria do Meio Ambiente, aluno do Programa de Pós-Graduação de Ciências Ambientais e autor de tese sobre fitorremediação, em fase de conclusão. Explanou que a Lagoa, apesar de todo o tratamento de esgoto executado pela empresa BRK, ainda indícios de recepção de esgoto. Mostrou imagens



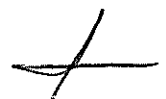
com indicações das possíveis localidades de entrada de esgoto, entre eles, a entrada do Rio Imboassica na Lagoa, onde já foi verificada a mancha de esgoto. Informou que o Rio Imboassica delimita a bacia hidrográfica, tendo Macaé de um lado e Rio das Ostras do outro, dificultando a identificação de qual município está lançando seu esgoto no corpo hídrico. Mostrou o bairro Mirante da Lagoa e disse que realizaram uma reunião recente com os moradores e colheram relatos de que ainda há despejo de esgoto sem tratamento. Apontou o canal do Mutum que drena uma parte da bacia hidrográfica, que recebe esgoto, mas também recebe efluente tratado da Estação de Tratamento do Mutum; apontou o Canal do Mulambo, que será o primeiro foco de atuação do projeto, e apontou trecho próximo à barra da Lagoa, onde estão localizados os restaurantes. Com base nessas informações, afirmou que, apesar do tratamento de esgoto realizado pela BRK, ainda há esgoto sendo lançado na Lagoa. Explicou que a principal entrada de esgoto dentre os pontos sinalizados é o canal do Mulambo, onde se nota uma nítida pluma de dispersão. Sinalizou que a saída do Canal do Mulambo está na área da Lagoa próxima ao Beco das Artes, onde acontece uma feirinha e tem um parque, no bairro Lagoa, nas adjacências da Praia do Pecado. Chamou a atenção para a relação entre esta contaminação e a mortandade de peixes, infestação de mosquitos, alteração dos micro-organismos, com aumento de *Escherichia coli*, dentre outras bactérias com efeitos sobre a saúde pública. Acrescentou que a decomposição do esgoto libera nitrogênio e fósforo que são nutrientes utilizados pelas algas e que naquela região da lagoa a água adota uma tonalidade esverdeada, justamente por causa da proliferação de micro-algas e *Microcystis*, processo esse que acaba com o oxigênio da água e afeta a vida da Lagoa, causando por exemplo a mortandade dos peixes. Explicou também que algumas espécies destas algas liberam toxinas na água e que isso tem que ser monitorado porque, quando começar a proliferar este tipo de alga tóxica, a situação fica mais grave e as pessoas não podem mais ter contato com a água da Lagoa. Disse que em um episódio de mortandade de peixes, uma amostra foi levada para um professor de fisiologia renal do NUPEM e foram encontrados danos no fígado de alguns peixes, denotando cirrose, que é um dos indícios de toxinas na água. Essa foi a primeira vez em que foi levantada a hipótese de presença de toxinas na Lagoa. Abordou também a questão da proliferação “brutal” de insetos, principalmente no verão, naquela região, que possui relação com a qualidade da água. Argumentou que ao se atingir o tratamento mais eficaz desse esgoto que está indo para Imboassica, talvez seja possível quebrar esse ciclo de deterioração da Lagoa. A palavra foi passada para o servidor e biólogo Guilherme Sardenberg para falar sobre a fitorremediação. O servidor e biólogo **Guilherme Sardenberg** explicou o termo fitorremediação que é remediar, melhorar, recuperar, através do uso de plantas, na Lagoa de Imboassica e Canal do Mulambo. Expôs que o prazo previsto para a realização do trabalho é de 36 meses e que este possui dois processos: o primeiro sistema chama Sistema Alagado Construído – SAC, *Wetlands* Construídos, Jardins Filtrantes ou Zonas de Raízes. Disse que há uma variedade de nomes diferentes. Mostrou imagens do processo, que o esgoto não aparece, possuindo fluxo subsuperficial com as plantas fazendo o tratamento e podendo, acessoriamente, possuir aspecto paisagístico. Acrescentou que para este sistema será utilizada uma área de cerca de 900 metros quadrados na região da entrada do bairro da Praia do Pecado. Continuou informando que a proposta é tirar a água de dentro do Canal do Mulambo, fazer um sistema de bombeamento que jogue e faça o efluente passar por toda a extensão do sistema de tratamento, saindo do outro lado para ser devolvido para a Lagoa. Detalhou que a expectativa, baseada em medições realizadas em campo, é a de se fazer um tratamento de aproximadamente 50% do volume dessa água que está dentro do Canal do Mulambo. Sobre o outro sistema que é, na verdade, o eixo principal do trabalho de fitorremediação, segundo sua fala, constitui-se de “Ilhas Flutuantes” que são estruturas que são colocadas na água, com plantas que absorvem os nutrientes disponíveis nessa água. Mostrou imagens dos experimentos com Ilhas Flutuantes, realizados



na Lagoa, que refletem potencial de atração de vida, comparando-o com o expediente de afundamento de estruturas no ambiente marítimo para o auxílio na formação de corais e para a disponibilização de abrigo para formas de vida marinha diversas. Disse que as estruturas de Ilhas Flutuantes também cumprem essa função, sendo que uma parte dela fica emersa, servindo, por exemplo, como área de pousio de pássaros, e uma parte fica submersa, agregando uma série de micro-organismos e, sucessoriamente, fitoplânctons, zooplânctons, pequenos peixes, maiores peixes e toda uma cadeia. Acrescentou que, para este sistema de Ilhas Flutuantes, a proposta de trabalho prevê a ocupação de aproximadamente 350 metros quadrados de espelho de água da Lagoa de do Canal do Mulambo, para possibilitar o processo de absorção de nitrogênio e fósforo que são os dois principais nutrientes oriundos da decomposição do esgoto, que causam a eutrofização do corpo hídrico. Abordou os dois sistemas como modelos reprodutores de dinâmicas de reações e interações que acontecem na própria natureza e que degradam a matéria orgânica e consomem os nutrientes da água. Compartilhou a informação de que havia experiências bem sucedidas no mundo de Sistemas Alagados Construídos tratando lodo industrial pesado e até chorume, além da informação de que a Secretaria de Meio Ambiente estaria negociando com o Ministério Público a autorização de uso e realizações de intervenções nessa área mediante compensação a ser feita em outra localidade, sendo que, parte destas intervenções estão sendo planejadas para integrar a área de visitação pública a essa área de tratamento por fitorremediação, visando promover a educação ambiental. Sobre os tipos de planta utilizadas citou as macrófitas aquáticas, e anfíbias, que prosperam em ambiente seco e aquático. Citou que o processo de tratamento do efluente no Sistema Alagado Construído se pela passagem desse efluente através de um leito filtrante que pode ser feito com uma diversidade de materiais, entre eles a brita, onde as raízes das plantas vão se fixar e constituir uma zona de raízes, por onde o efluente também vai passar interagindo com os microrganismos aeróbios e anaeróbios que estão fixados nestas mesmas raízes e no leito filtrante, criando uma troca que favorece tanto às plantas quanto aos microrganismos, e gerando um tratamento de efluente que produz uma água, ao final do processo, que não é considerada potável mas é própria para reuso, tal qual o tipo de água que a BRK produz ao final do seu processo de tratamento de esgoto. Compartilhou uma frase que ele fala para os representantes da BRK: “você não são uma empresa de tratamento de esgoto, você são uma empresa produtora de água de reuso”. Mostrou que, além do modelo de Jardim Filtrante com leito horizontal, há o modelo que se utiliza de um leito vertical, com o despejo de esgoto na parte de cima e infiltração por gravidade, permitindo o carregamento de oxigênio, inclusive com a contribuição de ventos que produzem balanços nas macrófitas, permitindo a penetração do oxigênio no leito. que tem características importantes com fluxo vertical. Demonstrou exemplos diversos de combinações entre os tipos de sistemas que aumentam o percentual de eficácia do tratamento, chegando a cerca de 97% de purificação, de 99% em relação à coliformes fecais, não deixando nada a desejar em relação aos tratamentos convencionais. Explicou que esta tecnologia é relativamente recente na ciência, que as publicações começaram a ter maior força no início dos anos 2000, 2004, 2005 a 2012, ganhando bastante força a partir deste período, mas que, apesar de já ser uma tecnologia testada, aplicada e explorada comercialmente por cerca de 5, 6 empresas, ainda há bastante campo para avançar. Falou da iniciativa conjunta com o pessoal da biofísica da UFRJ, de montar uma *startup*, e que vai colocar um protótipo na Lagoa, fazendo uso de plantas nativas como a Gigoga (*Pontederia crassipes*) e a Taboa (*Typha domingensis*), que farão o processo de transformação dos nutrientes da água em biomassa da planta que, por sua vez, precisará passar por um processo de manejo, também previsto no trabalho em parceria com a Prefeitura, que consiste no corte desta biomassa que passará por um processo de fito extração, onde os nutrientes são retirados do sistema. Ilustrou uma série de pesquisas e medições que estão sendo feitas sobre o potencial de produção de biomassa que têm permitido a



obtenção de dados interessantes como o fato de que, a cada corte pós período de 40 dias, gera-se 0,15 gramas/metro quadrado/dia de nitrogênio total assimilado pela planta, o que representa um quantitativo bastante alto, enquanto, de fósforo, esse quantitativo é de 0,01 gramas/metro quadrado/dia. Ilustrou que em uma simulação com intervalos maiores, como o de 90 dias, utilizando-se esses 350 metros quadrados previstos, estima-se a retirada de 105 gramas de nitrogênio total, por metro quadrado, por dia, uma quantidade bastante considerável no seu entendimento. Traduzindo estes números para o período de 1 ano, de acordo com a sua explanação, chega-se ao quantitativo de 38 kg de nitrogênio total retirado da lagoa por ano, com 350 m². Continuou a exposição contando que, a partir de dados coletados com a realização de uma batimetria na Lagoa em 2018, com o uso da régua que mede o nível da água na Lagoa e o auxílio de um programa de computador, calcula-se a quantidade total de água na Lagoa e, com os dados de concentração de nutrientes na água, levantados a partir das coletas de monitoramento, calcula-se que a Lagoa tenha de 8 a 12 toneladas de nitrogênio total e de 900 quilos a 1 tonelada de fósforo total na água toda. Compartilhou que a água ocupa uma área de cerca de 3.260.000 metros quadrados e lembrou que se tem o dado da possibilidade de retirada de 38 kg/ano de nitrogênio e 3 kg/ano de fósforo dos 350 metros quadrados. Ressalvou que este cálculo se refere à retirada de nutrientes pela biomassa que será manejada, na parte emersa, e que a relação de absorção de nutrientes da parte emersa com relação à parte submersa é de 1 para 8, o que dá uma ideia de potencial de retirada de cerca de 500 kg/ano de nitrogênio, a partir dos 350 metros quadrados onde será realizada a fitorremediação. Ponderou que se trata de simulações e que há muitas variáveis, uma série de situações, como as entradas de esgoto novo, a estimativa de 57 toneladas de fósforo estocado nos sedimentos da Lagoa, um valor colossal acumulado ao longo de 40 anos de recebimento de esgoto que demanda trabalhos e estudos em relação ao fundo da Lagoa. Falou que a execução do projeto prevê a instalação das tecnologias de fitorremediação nos principais tributários afluentes da Lagoa, avalia-se a instalação também nos córregos Mutum e Mulambo, destinando-se 200 metros quadrados de instalações na Lagoa e 150 metros quadrados nos canais. Pontuou que as estruturas a serem adotadas estão em um constante processo de teste e aperfeiçoamento, que está mapeada a necessidade de desenvolvimento de pesquisas e que algumas já têm sido feitas, no NUPEM, para o uso comercial desta biomassa colhida, seja como insumo para compostagem, biocarvão e biocombustível. Disse que o NUPEM tem dados de monitoramento da qualidade da água da Lagoa de Imboassica desde o início da década de 90, que é uma lagoa sobre a qual há uma fartura de estudos e dados, que essa continuidade de estudos e que a aplicação destes estudos para a recuperação da Lagoa é importante para formar pesquisadores e mão de obra especializada para a recuperação de sistemas lagunares, que a experiência adquirida no trabalho de recuperação da Lagoa de Imboassica pode ser referência e ser replicada para outros lugares. O **Professor Maurício Mussi** complementou afirmando que o monitoramento da qualidade da água é parte fundamental e contínua do trabalho. Rememorou a importância do Professor Francisco Esteves que iniciou este trabalho em 1992, que a Lagoa de Imboassica é uma das lagoas mais estudadas do mundo, que esse longo processo de estudos mostram as várias fases da Lagoa, com o pior cenário de sua poluição acontecendo entre os anos de 2012 e 2018, atingindo o índice de 173 microgramas/litro de fósforo, com todo o processo acelerado de urbanização do seu entorno, principalmente com a proliferação de prédios gigantescos nas adjacências; que entra em cena o funcionamento da Estação de Tratamento da Fazenda Mutum; que a partir de 2018 nota-se uma gradativa queda nos níveis de fósforo e, posteriormente, uma estabilização em níveis médios de 71 microgramas/litro de fósforo, ainda distantes do nível ideal de sua condição original de cerca de 26 microgramas/litro de fósforo. Explicou que uma das perguntas que orienta os estudos atuais é “a Lagoa está melhorando?”, e que espera-se o início de uma possível resposta com as análises dos dados de 2023 e 2024 em relação ao parâmetro do fósforo mas que,



em relação ao parâmetro de coliformes fecais, nota-se que a Lagoa não apresentou melhora, mostrando a insuficiência do tratamento de esgoto adotado e demandando uma complementação deste tratamento através do projeto de fitorremediação. Passou para a questão da dragagem que, segundo suas palavras, mesmo com controvérsias, é uma ideia muito associada à possibilidade de melhoria da qualidade da água e que constitui uma outra demanda transmitida pela Prefeitura para a Universidade, o que provocou a inclusão do trabalho de monitoramento do sedimento da Lagoa, no escopo do projeto, para gerar informações que possam embasar uma decisão quanto à necessidade deste tipo de intervenção. Explorou outro aspecto do escopo do trabalho que é a questão de educação ambiental vinculada à revitalização da lagoa, utilizando uma forte tradição da URFJ em extensão universitária baseada em projetos de educação ambiental, desde a década de 90, que colocará os estudantes e visitantes em contato direto com a tecnologia de fitorremediação como forma de solução baseada nas possibilidades ofertadas pela própria natureza. Citou a boa experiência de ter a participação das professoras Gisele e Bia do Instituto Politécnico da UFRJ que contribuíram com importantes ideias de composição do projeto que permitiu uma sofisticação da proposta, prevendo trilhas e passarelas nas adjacências dos jardins filtrantes que permitirá um percurso em que se perceberá o esgoto e o seu processo de tratamento, possibilitando a interdisciplinaridade entre aulas de química, física, biologia e ecologia, em uma mesma caminhada que finalizará onde a água sairá tratada com a utilização de plantas. Explicitou que o projeto prevê espaços de socialização, um mirante que permitirá o avistamento do processo de tratamento sob outra perspectiva, que permitirá uma observação privilegiada da Lagoa e dos Jardins Flutuantes, e uma casa que funcionará como laboratório de manejo de plantas. Abordou a questão do processo de licenciamento deste projeto, que precisaria considerar a área de reflorestamento sob gestão da Secretaria e INEA; informou que iniciaram um transecto e a elaboração de um inventário, com a catalogação de 61 espécies de árvores entre nativas e exóticas, que realizaram cálculos e chegaram ao quantitativo de cerca de 160 árvores que precisariam ser manejadas, averiguando que a maioria seria de espécies exóticas invasoras. Sintetizou que as construções preservariam ao máximo a vegetação, que o pouco que seria suprimido seria repostado na localidade e que havia um compromisso de plantar ainda mais árvores; que tudo estava sendo planejado de forma a produzir o mínimo de impacto possível e facilitar o processo de licenciamento. Reportou como uma importante inspiração para o trabalho dos envolvidos, a Lagoa de Piratininga em Niterói, a qual visitaram. Esclareceu que as lagoas de Niterói são muito poluídas, mas que o governo local buscou financiamento no exterior para iniciar o saneamento das lagoas de Itaipu e Piratininga, contemplando obras de saneamento e de fitorremediação. Mostrou as plantas, o tanque, as passarelas, o mirante, tudo compondo um sistema eficiente integrado à questão da educação ambiental. Finalizou e agradeceu. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** agradeceu aos palestrantes e abriu para os conselheiros formularem algum questionamento. A **Conselheira Jane da Conceição** parabenizou aos palestrantes, disse lembrar e ter participado da Audiência Pública da Lagoa de Imboassica. Perguntou se existe algum estudo relacionado à saúde dos moradores do entorno da Lagoa e se o projeto apresentado tem alguma relação com outro projeto do qual tomo ciência que previa a implementação de ciclovias em pilotis na orla da Lagoa. Citou também dois abaixo assinados dos quais foi signatária, pedindo a transformação da Lagoa em “área de preservação ambiental”, pediu respostas sobre esse pleito e ressaltou a importância da união dos diversos atores que defendem e têm propostas para a Lagoa. A **Conselheira Virgínia Nogueira** agradeceu e elogiou os palestrantes, ressaltando a importância da ciência, do esforço dos envolvidos e dos métodos adotados dos jardins filtrantes que são complementares ao tratamento já realizado. Fez uma reflexão sobre a importância de se dar empregabilidade a biólogos oriundos do NUPEM em frentes de trabalho voltadas à recuperação ambiental em contraponto com a contradição de uma significativa parte da empregabilidade de biólogos no mercado do



petróleo e em empreendimentos como termoclétricas, por exemplo, com os quais se travam embates nas audiências públicas, confrontando a aposta que fazem no “mercado fóssil”. Questionou sobre o que fazer para estancar as inúmeras e antigas entradas de esgoto na Lagoa. Disse acreditar que, em pleno 2025, deva se contar com mecanismos tecnológicos e de gestão que permita identificar e interpelar aos que contribuem para esse lançamento de efluente não tratado. **Cobrou a devida identificação e atuação junto às fontes poluidoras**, já que são conhecidas as entradas de esgoto, bairro Mirante, Canal do Mutum, Canal do Mulambo, Rio Imboassica e seus afluentes. Expôs ser necessário enfrentar os conflitos de interesses que impedem os avanços nas políticas públicas ambientais. O **Conselheiro Thiêrs** agradeceu aos interlocutores do NUPEM pela exposição e parabenizou o engajamento em buscar melhorar as condições da Lagoa de Imboassica. Expressou o seu apoio ao projeto com as ressalvas de que se minimize os impactos da infraestrutura a ser construída, sobre a área de proteção ambiental constituída e, para isso, **solicitou a disponibilização do projeto da Secretaria de Obras para o local e uma apresentação do mesmo ao COMMADS**. Disse que parte da preocupação da sociedade civil representada no Conselho era com o processo de concretização da orla da lagoa com infraestruturas como, por exemplo, ciclovias, que não havia mais espaços de áreas de preservação permanente da Lagoa disponíveis para estas intervenções. O **Conselheiro Leonardo Machado**, da ONG SOS Praia do Pecado, pediu esclarecimentos para poder participar do diálogo com a comunidade local. Contextualizou sobre a preexistência de macrófitas aquáticas na região da Lagoa como as gigogas, a taboa, e disse haver, também, outras vegetações, dentre elas, uma que parece um capim gordura aquático. Questionou sobre como diferenciar as plantas, sobre quais seriam benéficas e quais seriam prejudiciais, e se as que já se encontram no espelho d’água já não estaria realizando este trabalho de decomposição do esgoto. Disse que havia uma metragem quadrada enorme dessa vegetação preexistente, que se movimentavam ao sabor dos ventos e que gostaria de entender melhor o seu papel no sistema. O **Professor Maurício Mussi** esclareceu que a situação da Lagoa estaria muito pior se não houvesse aquelas plantas aquáticas servindo de barreira natural ao esgoto nos canais que desembocam em Imboassica. Explicou que os jardins filtrantes serão uma forma controlada de fortalecer este trabalho natural de retirada do nitrogênio dissolvido, o nitrato, nitrito e o fosfato, que são as estruturas químicas que fazem as algas se reproduzirem desordenadamente e que, portanto, a distribuição de jardins flutuantes serviriam para absorver os nutrientes que as plantas preexistentes não dão conta de absorver. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** brincou com o fato de não estar falando como professor da UFRJ que acompanhou o projeto, mas como Conselheiro. Disse que quando o poder público demonstrou vontade política de trabalhar pela recuperação da Lagoa, surgiram muitos projetos, vários deles “sem pé nem cabeça” aos quais o NUPEM efetuou críticas e acabou sendo chamado a apresentar o seu próprio projeto, baseado em sua experiência, resultando na proposta atual. Disse que uma dúvida que paira e que ele próprio possui é sobre o porquê de não se fazer logo a dragagem. **Disse saber da intenção de se realizar a dragagem na localidade da Lagoa onde se acumula terra vermelha oriunda de intervenções inapropriadas no território de Rio das Ostras**, formando desertos vermelhos a partir dos quais se origina uma excessiva sedimentação naquela região da Lagoa, transformando um espelho d’água maravilhoso em brejo. Disse que era possível ver espelho d’água onde desembocava o rio que divide Macaé e Rio das Ostras e que, atualmente, já não é mais possível. Dentro deste contexto, **questionou o porquê de não se programar dragagens, ao menos nessas regiões específicas**. Disse ter ciência da questão da preocupação com poluentes acumulados no fundo e que considera esta parte do projeto muito importante, **desejando saber maiores detalhes sobre os estudos que serão realizados a respeito do sedimento, sobre quais serão os parâmetros decisivos para escolher onde pode e não pode ser realizada, em que extensão e como deve ser realizada a dragagem**. Explanou a sua segunda pergunta sobre



a área de compensação ambiental determinada pelo Ministério Público, onde foi feito o plantio, há cerca de 10 anos, e foi realizado um monitoramento por um período de 2 anos. Relatou que o local está tomado por uma *Cássia* invasora que é uma espécie difícil de erradicar. **Solicitou que esta problemática do manejo da cássia invasora seja contemplada no projeto.** Também demonstrou preocupação com o fato deste projeto ter um fim previsto em um prazo que considera curto, sendo que o trabalho é de uma complexidade que exigirá uma continuidade por longo prazo. O biólogo e servidor **Guilherme Sardenberg** respondeu parte dos questionamentos da Conselheira Virgínia e do Conselheiro Thiêrs, explicando que há o trabalho necessário no sentido de disponibilizar as estruturas de captação do esgoto que destinam o efluente para uma estação de tratamento, concentrando todo esse efluente naquela localidade, fazendo o tratamento para descartar no corpo ou receptor. Continuou elucidando que, uma vez que o ambiente já está contaminado, seja por esgoto doméstico ou industrial originado na parte terrestre, ou seja, que esse esgoto não foi adequadamente tratado, seja por falta de estrutura de coleta e transporte do efluente, seja por temas relacionados à proteção e tratamento, a solução efetiva mais apropriada, encontrada até o momento, é a proposta da fitorremediação apresentada. Esclareceu que se trata de um projeto de pesquisa, que ainda não é uma proposta com dimensão e capacidade de despoluir a Lagoa, mas que tem potencial, sobre o qual possuem uma expectativa alta, de trazer bons resultados em relação à diminuição da contaminação proveniente do Canal do Mulambo. Acrescentou que os dados gerados a partir desta pesquisa serão fundamentais para nortear políticas públicas posteriores de recuperação ambiental em corpos hídricos, que este convênio com a Prefeitura possibilitará a publicação de muitos artigos, dando uma imensa contribuição para o aprofundamento científico e aperfeiçoamento tecnológico neste setor. Compartilhou que, dentro da produção de conhecimento sobre este tema sobre jardins flutuantes, é praticamente unânime que haja 2 coisas: a necessidade de mais pesquisa e a necessidade de pesquisa *in loco*. Expôs que um pesquisador fez um levantamento de 420 artigos, dos quais, apenas 27 artigos foram desenvolvidos *in loco* e isso demonstra como será relevante a experiência de Macaé, além de ser uma grande oportunidade de formação de biólogos e engenheiros ambientais com esse *expertise*, para atuar em áreas diferentes das do petróleo, como colocado pela Conselheira Virgínia. Sobre as diferentes espécies de plantas, ponderou a extensão da Lagoa, de aproximadamente 3,26 mil quilômetros quadrados, dos quais 20%, cerca 700 mil metros quadrados, é ocupado por taboa, uma planta de capacidade extraordinária que ocupa até 1 metro de profundidade abaixo da superfície da água. Colocou que quando a profundidade aumenta muito, o broto da taboa não possui muita força para emergir, que isso tem relação com o assunto da dragagem porque o processo de assoreamento contínuo da Lagoa, conforme for causando a redução do espelho d'água, pode acabar criando condições onde a taboa se multiplique de forma desequilibrada e tome conta de tudo, transformando a Lagoa em um grande brejo, que esse é um processo natural que pode ocorrer com qualquer ambiente lagunar mas que, a influência antrópica acaba por acelerar esse processo, que a eutrofização artificial causada pelo ser humano acaba por fazer com que fenômenos que levam 300, 400, 500 anos para acontecer, ocorram em 50 anos. Esclareceu que o acúmulo de nutrientes no sedimento associado ao assoreamento, reduzindo a profundidade do espelho d'água, permite que a taboa se enraíze nesse sedimento para realizar o trabalho dela de extração dos nutrientes, acumulados ao longo de 40 anos de despejo de esgoto, destes sedimentos, só que esta taboa não passa por manejo como as taboas do projeto passarão e que isso pode se encaminhar para o processo descrito há pouco, de transformação em brejo. Em relação à gigoga, disse ser uma flutuante que não é tão boa para a fito extração, que possui bem menos nutrientes em sua biomassa, que é menos fibrosa e possui cerca de 90% de água em sua composição, que a taboa absorve mais nutrientes em sua composição. Sobre a colocação do professor Rodrigo Lemes em relação à retirada de árvores exóticas e invasoras, disse que está sendo feito o levantamento das



espécies e vai ser proposta a inclusão desta ação no convênio. Fez referência à fala do professor Maurício sobre a estimativa de retirada de cerca de 160 espécies exóticas, a maioria sendo de acácias e leucenas. Afirmou que haverá cuidado com as nativas, que talvez haja necessidade de manejo de um caso ou outro por conta do terreno irregular, mas que todo o processo seguirá os expedientes legais, fará compensações e o que mais for estabelecido. O **Professor Maurício Mussi** explicou que a necessidade de dragagem foi abordada tanto pela audiência pública quanto pela frente parlamentar e pelo executivo, que nos três anos de realização do projeto serão feitas coletas no sedimento, mas que, talvez, já haja dados suficientes para mostrar que uma dragagem não seja necessária, que há um histórico desta atividade que vem desde 1930. Acrescentou o relato de um trabalho do Alex Prast, ex-aluno de Francisco Esteves, que observou o efeito de uma dragagem, realizada em uma área de domínio do Rio Imboassica, nas águas da Lagoa de Imboassica, com sinais claros de piora desta qualidade após a dragagem ter sido realizada. Afirmou ser comum a piora da qualidade da água após processos de dragagem e que todos estes indícios serão reunidos em um relatório para subsidiar uma decisão segura em relação à dragagem. O **Secretário Executivo Hélio Márcio**, explicou que o tempo regimental do Grande Expediente havia se encerrado sendo necessário dar início à **Ordem do Dia**, momento reservado às deliberações.

ORDEM DO DIA

A palavra foi passada para a **Conselheira Milena Rocha** que iniciou uma apresentação dos processos julgados, se colocando à disposição para dirimir eventuais dúvidas, informando que os processos estariam disponíveis para consulta por parte dos conselheiros e que em uma próxima oportunidade trariam uma planilha com uma melhor sistematização das informações. Iniciou pelo julgamento do processo em que é recorrente **Pierre Empreendimentos Turísticos Ltda**, expôs que o empreendimento foi autuado em 3 de dezembro de 2014, em decorrência de uma constatação de início de instalação sem licença ambiental devida. Antes de apresentar o recurso, leu a decisão da CT, que acompanhou o voto do relator, decidindo pelo indeferimento do recurso administrativo nos termos da decisão. Elucidou que foram apresentados uma série de recursos e, tal qual situação debatida antes do Grande Expediente, o autuado solicitou a licença, mas executou a atividade sem ter havido a concessão da licença, disse que apresentaram uma série de defesas que foram julgadas sem relevância e indeferiram o recurso. Passou ao próximo processo, referente ao recorrente **GM Orla Sul Construção Civil Ltda**, que também iniciou uma atividade sem o esgotamento do processo de licenciamento ambiental. Explicou ser uma situação semelhante à anterior, sobre a qual, a Câmara Técnica – CT, decidiu pela manutenção da multa, porque as observações e comprovações que eles fizeram não mudaram os fatos conhecidos pelo colegiado. O processo seguinte, segundo a expositora, foi objeto de uma denúncia que gerou um auto de infração referente a um corte de vegetação e uma movimentação de terra, uma terraplanagem, sem autorização; declarou que os recorrentes **Domingos da Costa Peixoto, Ivonete Mussi Cordeiro Peixoto**, não tiveram as licenças permitidas para fazer supressão vegetal, além de corte e aterro de uma área, o que resultou em decisão pelo indeferimento do recurso e manutenção integral do auto de infração. Houve perguntas espontâneas sobre a localidade da área degradada e sobre a compensação do impacto, ao que foi respondido que ocorreu na Glória e que o processo de penalidade administrativa ocorria independente do processo de determinação de compensação. Foi perguntado sobre como se originava o processo de compensação e o **Secretário Executivo Hélio Márcio** esclareceu que em tese este se originava automaticamente, a partir do processo de auto de infração. A **Conselheira Milena Rocha** esclareceu que a atuação deles na Câmara Técnica de Julgamentos se dava com o caráter de juízes leigos, um conceito que permite com que qualquer pessoa leiga



possa atuar no julgamento de uma situação, como em um tribunal do júri; que o julgamento na CT era considerada a última instância de recurso neste tipo de processo administrativo e que a apresentação dos julgamentos à plenária era uma ação de transparência. Continuou, passando ao processo seguinte, vinculado ao recorrente **Marco Aurélio Pinto Araújo**, por desmatamento em área de preservação ambiental. Arguiu que o recurso foi conhecido e desprovido com a manutenção da decisão da Junta de Impugnação Fiscal – JIF. A **Conselheira Milena Rocha** disse que ainda havia um expediente extenso de processos a serem analisados que eles, da CT, estavam analisando, julgariam e trariam para a plenária. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** informou que estava conversando com a Secretária Geral Monique para que passasse a ser adotado o procedimento de envio de e-mails aos conselheiros e que os **processos estão disponíveis previamente à apresentação dos julgamentos** na plenária do COMMADS; que **bastaria uma comunicação do conselheiro com a Secretária Geral para agendar a visita para tomada de vistas**. Fez uma fala, para reflexão dos conselheiros, sobre a necessidade de se buscar cada vez mais respaldo técnico para a atuação das CTs, por uma questão de garantia de perenidade de atuação responsável, sem fragilidades que gerem questionamentos ao devido processo legal. Explicou que os nomes das empresas foram publicadas e que houve questionamentos decorrentes disto, alegando violação de lei de proteção de dados, ao que teve que contrapor o argumento de que se trata de um julgamento de uma empresa que cometeu infração, que é um processo público, que passa por publicação e que precisa dar as devidas nomeações aos envolvidos e aos procedimentos adotados. Compartilhou o caso para mostrar aos conselheiros os embates a que a sua função está exposta. Anunciou a disponibilidade de 12 minutos para que quisesse fazer uso da palavra. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** pediu a palavra para dar informes sobre a Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos mas, antes, parabenizou ao Secretário Executivo por sua atuação, parabenizou aos esforços por mais transparência, junto com a necessária celeridade, em relação aos processos. Defendeu a criação de uma rotina que fique documentada para o funcionamento da Câmara Técnica de Julgamento de Processos. Sobre o relato dado, envolvendo temática de proteção de dados, disse que isso se aplica à proteção do indivíduo em relação aos seus dados pessoais como CPF, para que não seja usado por terceiros, que não se aplica à gestão de recursos públicos e aos atos da gestão pública, que são e devem ser públicos. Afirmou que os atos devem ser divulgados, que não há lei que se aplique com relação à proteção de dados em relação a isso, que isso não existe. **Se ofereceu para convidar especialistas nesse tema para fazer uma apresentação no COMMADS**. Ainda sobre a Câmara Técnica de Processos, relatou um caso ocorrido no Espírito Santo em que, um dos conselheiros integrante da referida Câmara Técnica, procurou diretamente a empresa para fazer uma diligência e conversou sobre a penalidade. Alertou que isso é um desvio sério na atuação do conselheiro, que não deve acontecer, que esse é um tipo de situação que deve ser colocada no radar da experiência macaense, que **é preciso elaborar um código de conduta dos conselheiros** para nortear a atuação na Câmara Técnica de Julgamento de Recursos, que uma vez divulgado o nome da empresa infratora, deve ser vedado o contato direto e particular de conselheiro desta CT com a referida empresa para tratar de assunto do processo de penalidade por infração, para negociar qualquer coisa em relação ao que vai ser decidido. Disse acreditar que esse seria o único problema vinculado à divulgação do nome da empresa mas, que está relacionado a um questão ética que precisa ser resolvido dentro do próprio colegiado se, porventura, vier a acontecer. Mudando para o assunto da Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, informou que a reunião seria na próxima sexta-feira, à tarde, conforme previsto no cronograma, que a pauta atual de trabalho da CT é muito importante e demanda que seja **criada a Câmara Técnica de Legislação** para auxiliar no trabalho de definição sobre o que são espaços territoriais especialmente protegidos, porque há uma lacuna na legislação local, por exemplo, sobre o que são áreas verdes públicas.



Explicou que essa lacuna é muito grave e impede a CT de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos de agir. Disse que a CT só consegue agir onde a lei é clara nas definições, por exemplo sobre Parques e Unidades de Conservação. Expôs que existe um conceito na legislação local mas que ele está mal definido. Colocou ser possível tratar do assunto no legislativo mas, também, internamente, através de resoluções. Pediu ajuda da Secretaria sobre isso, nessa parte legal. Concluiu que este era o assunto que tinha a tratar sobre os trabalhos desta CT. A **Conselheira Thayná Fernandes** informou que esteve participando da Frente Parlamentar de Despoluição da Lagoa de Imboassica no ano passado e que pôde acompanhar as propostas que foram apresentadas, inclusive a que tinha acabado de ser apresentada no Grande Expediente do COMMADS. Se disse surpreendida e preocupada com toda a expectativa com relação à universidade e com esse projeto mas reconheceu a sensatez dos professores ao abordar isso. Destacou também o fato de que a prefeitura é responsável por fazer o tratamento do esgoto no município e que, através dos estudos do próprio Nupem, sobre a Lagoa, se sabia que os peixes estão com metais pesados no seu músculo, no seu fígado. Pontuou que o tratamento de esgoto que a prefeitura vem realizando é um tratamento mais voltado para o esgoto residencial e que os empreendimentos são responsáveis por tratar o seu esgoto industrial mas que, entretanto, a Prefeitura tinha um papel importante nessa fiscalização. Com essa abordagem, **defendeu que outra estratégia imprescindível para a recuperação da qualidade da água e do ecossistema da Lagoa seria melhorar esta fiscalização dos empreendimentos do entorno da Lagoa e para isso, além de uma melhor atuação da Prefeitura, pediu o engajamento do Conselho e das pessoas.** Além de atuação no Conselho de Meio Ambiente, Comitê de Bacias Hidrográficas e ONG SOS Praia do Pecado, disse atuar com um grupo de mulheres empreendedoras, artesãs e recicladoras que coletam óleo de cozinha e transformam em sabão para a geração de renda.

Disse que, em reunião da Frente Parlamentar, uma universidade de Maricás trouxe uma experiência, com relação ao sabão, que compartilhou a informação de que o produto possuía um micro-organismo que atuava na degradação de esgoto, podendo ser um fator auxiliar nesse tratamento, sendo sugerido, à época, uma experiência em canais poluídos, mas que havia a percepção de necessidade de mais estudos para evitar outros tipos de desequilíbrios ecossistêmicos. Voltando-se à questão dos resíduos, que envolve recicláveis, orgânicos, óleo de cozinha, entre outros, provocou os conselheiros e demais participantes a refletirem sobre **apresentação de propostas ao legislativo quanto à criação de um cartão do reciclador**, um cartão baseado na ideia do cartão do artesão, em que muitas mulheres do coletivo estão se inscrevendo. Explicou que, inclusive, dentro do formulário, é perguntado se a pessoa trabalha com materiais recicláveis e sobre as dificuldades encontradas no trabalho. Relatou que algumas das dificuldades encontradas por estas pessoas é a parte da comercialização e divulgação dos produtos do trabalho, que acontece, geralmente, dentro de uma estrutura familiar. Falou que há uma dificuldade de acesso e permanência nos espaços das feiras locais. Daí a necessidade de políticas voltadas para este setor, como a ideia de um cartão do reciclador, segundo expôs a conselheira. Reconheceu a importância da existência da cooperativa mas alegou não ser suficiente para dar conta desse nicho de trabalho e melhorar a vida da maioria das pessoas que trabalham neste segmento. Disse que essas pessoas possuem uma série de dificuldades de sobrevivência que as impedem de estar nos espaços importantes de diálogo com o poder público, que se faz importante mapear a existência destas pessoas e levar políticas públicas até elas. Lembrou inclusive de uma recicladora, do coletivo ao qual pertence, que queria estar acompanhando a conselheira nas reuniões com a Secretaria de Meio Ambiente mas que ficou impedida por necessidade de cuidar de dependentes vinculados ao espectro autista. **Acrescentou que partiu desta recicladora o pedido de que a conselheira trouxesse para o debate o problema do conflito com animais de rua pela aquisição de materiais provenientes do lixo, especialmente no bairro Lagomar.** Disse que é uma problemática generalizada e que recebeu



um convite do Conselheiro Thièrs para subir a serra e olhar para um cenário um pouco mais suavizado pela presença das áreas verdes, possibilitando um contraste que ajuda a sobreviver e aliviar a alma. **Fez um apelo ao Conselho de Meio Ambiente para que olhasse um pouco para o Parque de Jurubatiba e adjacências.** Disse que a situação está precária, com estruturas condenadas ao desabamento e acúmulo de lixo. **Relatou que realizaram mutirão de moradores que recolheram dois caminhões de resíduos em uma área abrangendo da rua W16 até o início do Parque.** Explicou que as pessoas fazem uso das estruturas interditadas para se proteger do sol correndo risco de vida. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** destacou que por ser área de domínio federal, o município não poderia atuar diretamente sobre o problema, mas que poderia **oficiar os órgãos responsáveis.** A **Conselheira Virginia** declarou que os integrantes do Conselho veem com bons olhos os gestos de vontade da gestão em querer fazer a diferença e a disposição demonstrada pelo Secretário Executivo em enfrentar os conflitos de interesses envolvidos na entrada de resíduos na Lagoa de Imboassica e em outros processos de degradação ambiental; que a gestão ambiental tem pistas das origens desta problemática e que os integrantes do Conselho estão juntos nesta luta. O **Conselheiro Thièrs** convidou a todos os integrantes do Conselho para estarem presentes no Hotel Mercury, no próximo dia 10, para acompanhar a Audiência Pública do Projeto Raia, de grande importância para a região, representando um potencial de queima de cerca de 14 milhões de metros cúbicos de gás/dia, o equivalente a 26 mil toneladas de gás carbônico por dia na atmosfera, resultando em muita poluição nas vidas das pessoas e uma grande derrota para a sociedade. Apontou que o estudo de impacto ambiental é de péssima qualidade, que a parte referente ao impacto socioambiental do bairro Lagomar é sofrível e que o projeto trará graves impactos sobre a qualidade de vida da população do Lagomar, inclusive um intenso processo de expropriação, onde mais de duas mil pessoas terão que sair de suas casas e não se sabe o que será feito desta população desabrigada porque o processo de regularização fundiária do bairro que a Prefeitura está propondo ainda nem começou, enquanto o impacto do gás já está chegando. Alertou para a necessidade de a sociedade estar atenta e participar dessa audiência pública. Pontuou o grande impacto na cadeia marinha, sobre os cetáceos, bancos de corais e sobre os pescadores. Acrescentou que estava-se fazendo a solicitação do cancelamento da audiência, que a estrutura do documento que foi apresentado não possuía conteúdo técnico nenhum, que parecia um processo de “copia e cola”, inclusive com dados de municípios de no estudo de impacto que ocorrerá na Bacia de Campos. Explicou que estava fazendo uma avaliação e que emitiria, até o final de semana, um resumo executivo para que todas as instituições da sociedade civil para auxiliar no seu embasamento. Solicitou apoio para a formação de uma força-tarefa. O **Presidente do Conselho Phelipe Smith** explicou que uma equipe da Secretaria visitou uma estação de tratamento de esgoto de Rio das Ostras para analisar como está sendo feito este tratamento, que realizaram uma reunião com o secretário de meio ambiente do município para propor uma parceria visando mitigar os efeitos que o município de Rio das Ostras produzem sobre a Lagoa de Imboassica. Acrescentou que há reuniões previstas para acontecer com a SEMASA e com a Agência Reguladora para também tratarem do assunto. Disse que levantou uma série de ações realizadas ao longo dos últimos anos, que a Secretaria está comprometida e se movimentando. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** complementou informando que estavam discutindo, dentro do CLIMATEC, sobre as dificuldades de identificação de quem lança esgoto clandestinamente. Compartilhou que o Secretário de Meio Ambiente expediu um memorando interno solicitando a realização de uma força-tarefa no bairro Novo Cavaleiros, de onde acreditam que saia a maior parte do esgoto, mas que não conseguiram identificar, que é um trabalho difícil na prática. Sobre o Projeto Arraia, acrescentou que a Secretaria não possui nenhuma ingerência sobre o projeto, que pode dar palpite, que se solidariza com a posição da sociedade civil e que entende que a posição do Conselho deve ser uma posição de proteção da sociedade macaense. Citou o exemplo das

transformações ocorridas na Praia de Imbetiba onde reconhece-se a importância do desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que se constata que poderia ter sido feita uma degradação muito menor do ambiente. O **Presidente do Conselho Phelipe Smith** reafirmou o compromisso de fiscalização e busca pelos poluidores da Lagoa, de persistir nesse compromisso de identificação para atuar. Agradeceu e encerrou a reunião.

Encaminhamentos:

- 1- Aperfeiçoar mecanismos de transparência nos processos de julgamento e estudar proposta de adequação de prazo legal para que os processos possam tramitar com adequada transparência no Conselho de Meio Ambiente (Proposta do Conselheiro Rodrigo Lemes);
- 2- Criação de Câmara Técnica de Instrumentos Legais com ativa participação do jurídico da SEMAS e interlocução com o poder legislativo, para a formulação de resoluções, análises, revisões e proposições de projetos de Lei, de regulamentações e elaboração de Código de Conduta para conselheiros participantes da Câmara Técnica de Julgamento de Processos (Proposta dos Conselheiros Rodrigo Lemes e Thièrs Wilberger);
- 3- Diligenciar ao Consórcio Intermunicipal Lagos São João, solicitando adesão do município de Macaé ao colegiado de municípios para fortalecer a gestão integrada das bacias hidrográficas da região, bem como para incluir a cidade na área de abrangência dos programas de pagamento por serviços ambientais, dentre outros programas, promovidos pelo consórcio (Proposta do Conselheiro Thièrs Wilberger);
- 4- Realizar gestões e diligências visando um aumento da capacidade e uma reavaliação do funcionamento da fiscalização de meio ambiente para que este trabalho se realize, com maior eficácia, em todos os dias de semana, e para que possa abranger todo o território macaense, incluindo a região serrana (Proposta do Conselheiro Thièrs Wilberger);
- 5- Atualizar as informações, junto ao Conselho, sobre o andamento da proposta de atualização da Lei de Arborização Municipal (Proposta do Conselheiro Thièrs Wilberger);
- 6- Diligenciar à Comissão de Meio Ambiente da Câmara, solicitando uma maior participação mais assídua junto ao COMMADS (Proposta do Conselheiro Thièrs Wilberger);
- 7- Diligenciar aos órgãos responsáveis, pedindo informações sobre os tipos de intervenções que serão realizadas na Praça Veríssimo de Melo, dentre outras obras na cidade, pontuando a necessidade de salvaguarda das árvores (Solicitação da Conselheira Bernadete Vasconcelos);
- 8- Buscar estreitar relação com o legislativo apara encaminhamento de propostas de alteração de Lei, criação de novas leis e regulamentações ambientais (Proposta do Conselheiro Rodrigo Lemes);
- 9- Buscar aproximação e diálogo com a Petrobras no sentido de promover o retorno de uma maior quantidade de editais socioambientais disponíveis para Macaé, incentivando e dando apoio técnico para que a sociedade civil participe (Proposta do Conselheiro Rodrigo Lemes);
- 10- Diligenciar à Secretaria de Obras solicitando a disponibilização do projeto de obras na área da Lagoa de Imboassica vinculada à proposta de fitorremediação, bem como a apresentação do mesmo por um representante da SEMOB, no Grande Expediente do COMMADS (Solicitação do Conselheiro Thièrs Wilberger);

